

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Wellington Daniel



Portal não consta relatório de julho e agosto

RMO em atraso e tarifa de R\$ 5,90 ‘em dia’

A Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes está em atraso com a publicação do Relatório Mensal de Operação (RMO), que fiscaliza as empresas de ônibus em Petrópolis. No portal da Companhia, a última publicação é referente ao mês de junho. Na próxima semana vencerá mais um prazo para publicação, tendo em vista a lei Nº

8.978/2025, que determina a publicação dos relatórios até o décimo dia útil de cada mês. O caso acende um alerta, há julgar por uma nova tarifa de R\$ 5,90 que entrou em vigor na semana passada e que é criticada por parlamentares e pela população. Além disso, a empresa Turp ainda precisa comprovar à justiça que cumpriu com as exigências impostas.

Simulado de chuva

No dia 10 de setembro, às 10h, a Prefeitura realiza um simulado de chuva forte no Vila Felipe, no Alto da Serra. O treinamento vai usar o sistema Defesa Civil Alerta por meio da tecnologia CellBroadcast, além da abertura do ponto de apoio e acionamento das sirenes da região. O

simulado vai contar também com treinamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e do Corpo de Bombeiros, que farão atendimentos de urgência. O simulado vai contar ainda com participação de equipes da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Thiago Alvarez/CM



Prazo foi prorrogado por mais 90 dias

Comissão para revisão da Lei Orgânica é prorrogada

O Presidente da Câmara de Petrópolis, vereador Júnior Coruja, prorrogou por 90 dias, o prazo da Comissão Especial que tratará da revisão e modernização da lei orgânica do município. A medida foi publicada no Diário Oficial do legislativo. A lei estabelece os princípios, regras e funcionamento na cidade, como por exemplo, competências do executivo, legislativo, orçamento

e organização dos bairros, entre outras questões. A Comissão é presidida pelo vereador Octávio Sampaio (PL) e tem como membros, os parlamentares Marquinhos Almeida (PP) e Dr. Aloisio Barbosa (PP). Segundo a Câmara, a prorrogação foi aprovada em plenário e após finalizada, será encaminhada novamente ao plenário para votação dos vereadores.

Licitação para nova secretaria

A Prefeitura de Petrópolis lançou um edital para contratação de uma empresa para administração de cartões magnéticos referentes ao auxílio alimentação no município. Esse é um dos primeiros editais da Secretaria de Habitação, Regularização Fundi-

ária e Interesse Social. A licitação será por menor preço em taxa de administração e pelo valor superior a R\$ 10 milhões (R\$ 10.080.000,00). O certame está agendado para o dia 19. O contrato terá validade de 12 meses, a partir da data de assinatura.

Serviços de emergência

Foi aprovado na Câmara, o projeto de lei de autoria do vereador Dr. Aloisio Barbosa que estabelece a obrigatoriedade da afixação de cartazes contendo os números de emergência dos Bombeiros (193) e do SAMU (192), além de orientações claras sobre quando acionar cada serviço, em todos

os estabelecimentos públicos e privados da cidade. De acordo com a proposta, os cartazes deverão ser confeccionados de forma legível, com cores contrastantes e localizados em áreas de grande circulação, como entradas, halls de recepção ou locais acessíveis ao público e funcionários.

PETROPOLITANO

MPRJ pede suspensão de obra no Castelânea

O projeto prevê a construção de quatro blocos de sete andares

Arquivo/TVC

Por Richard Stoltzenburg

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) entrou com ação na Justiça para suspender o empreendimento Kastell Residencial, da empresa Gênesis Empreendimentos, previsto para a Rua Olavo Bilac, na Castelânea, em Petrópolis. A Promotoria apontou na petição inicial, que a obra foi lançada sem as licenças necessárias e em desacordo com as normas de zoneamento da cidade.

De acordo com o documento, o projeto prevê a construção de quatro blocos de sete andares em uma área classificada pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUPOS) apenas para imóveis unifamiliares ou bifamiliares, com limite de até três pavimentos.

Questionamentos

Para viabilizar a obra, o município publicou o Decreto 1169/2024, ou seja, durante a gestão passada, que transformou o local em Área de Especial Interesse Social (AEIS), medida considerada irregular pelo MP, já que a alteração deveria ter sido feita por lei aprovada na Câmara Municipal.

Outro ponto questionado é que, apesar de o decreto justificar a mudança como forma de atender famílias de baixa renda pelo



A ação foi ajuizada e está sob análise da 4ª Vara Cível

programa Minha Casa, Minha Vida, a Caixa Econômica Federal informou que o empreendimento se destina às faixas 3 e 4 do programa, voltadas à classe média, e não à habitação de interesse social.

A Promotoria também destacou que:

- não houve autorização para a supressão de vegetação, mesmo após vistoria do INEA identificar fragmento de Mata Atlântica na área;
- não foi apresentado inventário florístico, documento que identi-

fica espécies ameaçadas e orienta compensações ambientais;

■ não existe estudo de impacto viário, exigência da CPTtrans, já que o empreendimento pode gerar grande aumento no tráfego em ruas estreitas da região.

O MPRJ pediu à Justiça:

- suspensão imediata da obra e da venda de unidades;
- anulação do decreto municipal que alterou o zoneamento;
- proibição de emissão de licenças urbanísticas e ambientais até

decisão judicial.

A ação foi ajuizada no dia 4 de setembro de 2025 e está sob análise da 4ª Vara Cível de Petrópolis. O valor atribuído à causa é de R\$ 100 mil, mas o Ministério Público afirma que o real impacto do empreendimento é inestimável, tanto para o meio ambiente quanto para a qualidade de vida dos moradores da Castelânea.

Ao Correio Petropolitano, a Prefeitura de Petrópolis informou que ainda não foi notificada sobre a ação.

Audiência expõe paralisação por dois dias de cirurgias de urologia

Johnnata Joras

Por Johnnata Joras

Em audiência realizada na última quinta-feira (4), na 4ª Vara Cível de Petrópolis, foi exposto pela diretora do Hospital Alcides Carneiro (HAC), Ronny de Lourdes Pinheiro, que em abril deste ano, houve uma paralisação por dois dias do serviço de cirurgia de urologia. A sessão debateu os repasses da Prefeitura de Petrópolis ao Serviço Autônomo do Hospital Alcides Carneiro (Sehac).

Outros problemas

Segundo a diretora do HAC, além da paralisação, faltaram antibióticos também em abril – mês que coincide com o início da sazonalidade da síndrome respiratória aguda grave (SRAG). Ela ressaltou também que apesar da dificuldade financeira, o Sehac tem mantido aquilo que é considerado o mínimo, para que o HAC possa funcionar.

De acordo com diretor financeiro do Sehac, João José de Pau-



Custo mensal das unidades é de cerca de R\$ 19,6 milhões.

la, alguns fornecedores de materiais e insumos hospitalares não estão participando dos processos de cotação, devido a valores que eles têm a receber. Como consequência, em julho deste ano, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Centro, sofreu com falta de medicamentos.

É importante lembrar que o Sehac é responsável pela gestão

do HAC, das UPAs, das Unidades Pré-Hospitalares (UPHs), da Posse e de Pedro do Rio, além de algumas Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

Dívidas chegam a R\$ 118 milhões, segundo o Sehac

O diretor financeiro Sehac expôs na audiência o crescimen-

to da dívida da Prefeitura. Em 2019, o valor estava mais de R\$ 39 milhões; em 2020, pouco menos de R\$ 44 milhões; no ano de 2021, mais de R\$ 45 milhões; em 2022, o valor chegou a quase R\$ 54 milhões; em 2023, pouco menos de R\$ 5 milhões e no ano de 2024, pouco mais de R\$ 17 milhões. Até julho de 2025, os números chegavam a quase R\$ 36,7 milhões.

No total, segundo o Sehac, após o abatimento de impostos extintos em notas fiscais de 2017 a 2023, a dívida é de pouco mais de R\$ 118 milhões. Outro fator relevante dito na sessão de quinta-feira, foi que o custo mensal das unidades geridas pela Instituição é de cerca de R\$ 19,6 milhões.

No fim, o município de Petrópolis solicitou ao juízo, um prazo de cinco dias para se manifestar e calcular todos os valores apresentados pelo Sehac na audiência. Na ocasião, o juiz Jorge Luiz Martins acatou o pedido e concedeu o prazo.

Prefeitura amplia ações de reciclagem nos grandes eventos

A Prefeitura vai assegurar a destinação correta de resíduos em dois grandes eventos do município: a Serra Serata, no Palácio de Cristal, e a Oktoberfest, no Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes, em Itaipava. Além da coleta seletiva de resíduos realizada pela Comdep, os eventos contarão com a coleta de óleo de cozinha usado, em parceria com o projeto INcluir Petrópolis.

Para o prefeito Hingo Hammes, a proposta é que os eventos, além de valorizarem a cultura e o turismo, também fortaleçam o compromisso da cidade com a sustentabilidade. “Estamos transformando os grandes eventos de

Petrópolis em espaços de educação ambiental. A coleta seletiva e a coleta de óleo de cozinha garantem que resíduos tenham a destinação correta, protejam o meio ambiente e ainda mobilizem a população para uma cidade mais consciente”, afirmou o prefeito.

Durante os dois eventos, a Comdep vai instalar uma tenda de coleta seletiva, distribuir panfletos informativos e disponibilizar coletores para resíduos. Artesãos também vão apresentar trabalhos ligados à reciclagem, mostrando como os materiais podem ganhar novas formas de uso.

A presidente da Comdep, Fernanda Ferreira, reforça que

a atuação da companhia fortalece a integração entre serviços públicos, cultura e cidadania. “Com essas ações, mostramos que sustentabilidade também é prioridade nos eventos da cidade. A Comdep participa com muito orgulho, levando informações, ampliando a coleta seletiva e valorizando práticas que fazem diferença no dia a dia da população”, destacou Fernanda.

A coleta de óleo de cozinha usado será feita em parceria com o projeto INcluir Petrópolis, que cuida da destinação final do material. Para o coordenador do projeto, Chen Li Cheng, o comprometimento da Prefeitura am-

plia o alcance dessa prática.

“O óleo de cozinha usado é um dos resíduos mais difíceis de recolher e de dar a destinação correta. Estar nesses grandes eventos, com o apoio da Prefeitura e da Comdep, garante visibilidade e fortalece o hábito de descartar corretamente”, explicou.

Além disso, a população pode levar o óleo acumulado em casa e entregar nos pontos de Entrega Voluntária (PEVs) itinerantes. “Muitas pessoas já guardam o material pensando no meio ambiente, mas não sabem onde descartar e os PEVs oferecem essa alternativa prática e segura”, concluiu a presidente da Comdep.